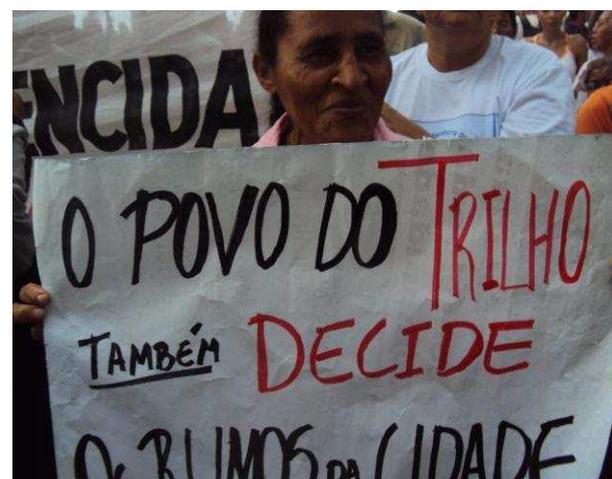


Em meados de 2009 Fortaleza foi escolhida para ser uma das 12 subsedes da Copa do Mundo de 2014 no Brasil. O credenciamento do capital cearense deve-se ao esforço conjunto do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal, que apresentaram à FIFA um mega-plano contendo nada menos que 86 projetos, divididos em sete áreas de investimento (estádios, turismo, transporte e mobilidade, saneamento e meio ambiente, segurança, saúde, energia e telecomunicações), com um orçamento *inicial* de quase R\$ 9,3 bilhões, a maior parte de dinheiro público.

A exemplo do que aconteceu na Copa da África do Sul, nas Olimpíadas de Pequim e no Pan-Americano do Rio, o Governo do Estado e a Prefeitura já ameaçam remover milhares de famílias pobres de suas moradias para dar lugar a obras de infra-estrutura e de embelezamento urbano, como parte do plano de preparação de Fortaleza para a Copa de 2014. Estima-se que pelo menos 20 mil famílias serão removidas somente em decorrência do alargamento da Via Expressa e da implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), obras que têm como objetivo servir como principal corredor de transporte da Copa, ligando a zona hoteleira da cidade diretamente às portas do Estádio Castelão.



Apesar de tamanho impacto social, numa cidade que já possui um déficit habitacional que ultrapassa as 100 mil unidades, nem o Governo do Estado nem a Prefeitura apresentaram qualquer projeto de habitação para as milhares de famílias que ambos pretendem remover, alegando não haver tempo ou recursos para tanto. Os projetos da Via Expressa e do VLT já estão prontos, os orçamentos já estão definidos e o início das obras está previsto para janeiro de 2011, sem que o “poder público” sequer tenha se dado o trabalho de informar e discutir com os diretamente atingidos, apostando na desinformação e desmobilização das comunidades.



A situação é muito preocupante visto o robusto histórico de violação de direitos que envolvem processos de remoção de populações pobres em Fortaleza, que vão desde violência física e psicológica por parte de agentes do Estado, de empresas e capangas armados e encapuzados, despejos e demolições forçadas, prisões arbitrárias e irregularidades nos processos de negociação e indenização.

As violações já começaram e uma luta ferrenha e desigual está se anunciando! Por conta disso, as Comunidades do Trilho, que se estendem do viaduto da Antônio Sales até o Mucuripe e a comunidade Aldacir Barbosa, localizada ao lado da Rodoviária na Av. Borges de Melo, são exemplo de

comunidades que há alguns meses já estão se mobilizando e se organizando para resistir às remoções e garantir seu direito à moradia digna e a uma cidade para todos e todas!

“Não mais deveres sem direitos

Não mais direitos sem deveres”